# Introdução da aula

Caro estudante,

Vamos iniciar a Unidade 2, na qual trataremos das temáticas vinculadas ao Marco Civil da Internet, a bens digitais e à dinâmica da privacidade e proteção de dados pessoais.

Embora o uso da internet no Brasil tenha começado para fins comerciais entre os anos de 1995 e 1996, somente em 2014 tivemos a publicação do Marco Civil da Internet.

Existem críticas respeitáveis quanto à demora na edição e vigência de um Marco Civil para regular o uso e aplicação da internet no Brasil, mas entendemos que tal “demora” foi importante para consolidar as dúvidas e os principais temas de necessária proteção social.

Entre as questões relevantes, destacam-se a neutralidade da rede, a definição de provedores de acesso e de conteúdo e suas responsabilidades, entre diversas outras situações.

# Marco Civil da Internet e herança digital



**O que é o Marco Civil da Internet?**

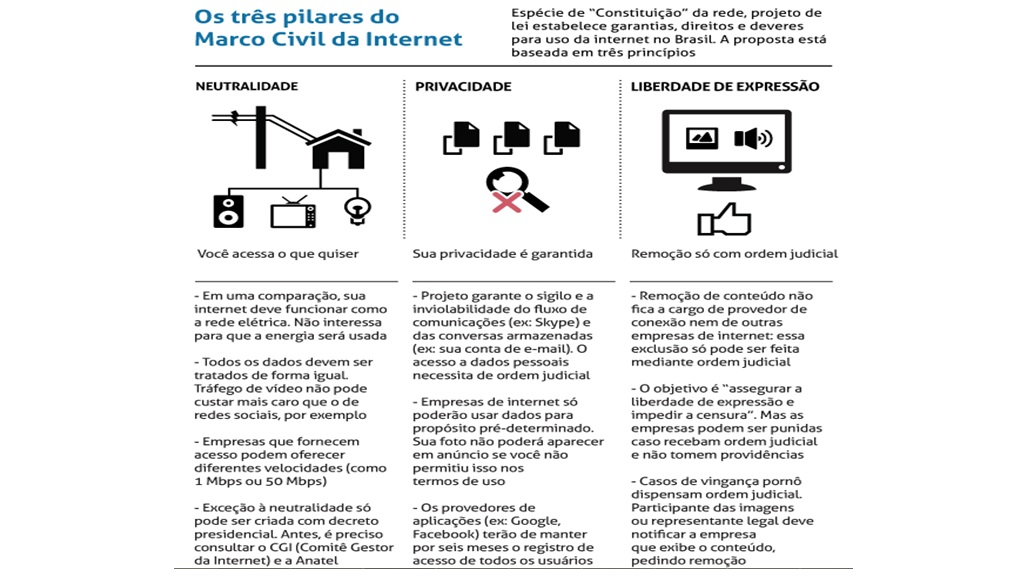
É a primeira legislação brasileira criada para proteger os direitos e a privacidade dos usuários, bem como regular o uso e principais práticas referentes à internet no Brasil. O Marco Civil da Internet também traz os princípios e fundamentos que devem nortear o uso e a regulação da internet no Brasil. Tal regulação está alinhada com as principais normas internacionais. É interessante observar que o Marco Civil da Internet foi a primeira legislação colocada em consulta pública por meio da própria internet no site do Congresso Nacional. Foram centenas de sugestões da sociedade civil, academia e estudiosos, resultando em um texto maduro e amplamente debatido com a sociedade. O sucesso da iniciativa foi tão grande que desde a sua tramitação todas as principais normas passaram a ter um período de consulta pública pela internet.

O Marco Civil é importante não apenas por seu processo original de construção aberta e colaborativa, mas também por lidar com questões cruciais para as próximas muitas décadas do país. Vale notar que, apesar do esforço do seu relator, o projeto de lei ficou praticamente “engavetado” na Câmara dos Deputados até o advento do caso Snowden.  
Foi então que o governo, assolado por duras revelações de espionagem, percebeu que o instrumento legislativo mais sofisticado disponível como resposta às várias práticas da National Security Agency (NSA) era o Marco Civil. Vários fatores mostravam como o projeto de lei era perfeito para uma resposta política e técnica com relação ao escândalo. O primeiro deles era o respeito internacional angariado pelo Marco Civil no plano internacional. (LEITE; LEMOS, 2014, p. 7)

A primeira proposta de Marco Civil surgiu em 2009, resultando na apresentação de um projeto de lei (nº 2.126/2011). O Marco Civil da Internet é trazido como a Lei nº 12.965/2014.

Os três princípios básicos são:

1. Fiscalização.
2. Privacidade.
3. Neutralidade.



Esses princípios devem ser seguidos pelos provedores de conexão, e devem estar evidentes na política de privacidade, em termos de uso. O texto dos termos de uso deve conter consentimento, licitação do propósito, compartilhamento de dados com terceiros e cookies.

**LGPD e Marco Civil são a mesma coisa?**

O Marco Civil regula a forma como os direitos são protegidos no ambiente digital e seu principal objetivo é garantir o uso de internet segura para todo Brasil. A Lei Geral de Proteção de dados (LGPD) complementa o Marco Civil, garantido a privacidade e a liberdade de expressão, informando ao titular de dados pessoais (pessoa natural) por quais motivos seus dados serão coletados, como seus dados serão tratados e, eventualmente, se os dados serão compartilhados.

**Herança digital**

Um acervo de direito e bens publicados e guardados em servidores ou nuvens, que é acessado de forma virtual. Esse tipo de patrimônio não tem valor financeiro, mas simbólico; entretanto, pode haver contas com serviços monetários como:

* Assinaturas.
* Propriedade intelectual e reputacional.
* Moedas digitais (as famosas criptomoedas).
* Contas com potencial valor financeiro, entre outras.

Ainda não há uma legislação própria, então são aplicadas as normas previstas no Código Civil, no próprio Marco Civil da Internet, nas regras que tratam de propriedade intelectual e na Lei dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998).

Qual a melhor forma de agir em caso de herança digital?

* Elaborando um testamento.
* Fazendo um planejamento sucessório.

Por fim, vale relembrar que se não houver testamento a sucessão dos herdeiros será:

* 1º: os descendentes, ou seja, filhos, netos, bisnetos etc.
* 2º: os ascendentes, portanto, pai, mãe, avô, avó, bisavós.
* 3º: o cônjuge, que vai concorrer com os outros na mesma ordem.
* 4º: os colaterais, ou seja, os parentes até o quarto grau.

# Neutralidade da rede e regulação da internet no Brasil



**O que é neutralidade de rede?**

Os provedores de internet têm o dever de garantir que os dados que trafegam nas redes o façam de forma isonômica, não sendo discriminados em razão de conteúdo, origem ou destino.

Simplificando: os dados e informações enviados pela internet circulam em pacotes de dados, os quais devem circular livremente sem qualquer restrição, priorização ou definição de ordem de preferência. Todos os pacotes de dados devem circular livremente sem interferência dos provedores e/ou qualquer área técnica. Do contrário, se não houvesse a neutralidade da rede, um provedor de acesso poderia definir que os dados da empresa “A” devem circular antes dos dados da empresa “B”, já que a primeira faz algum tipo de contribuição financeira, ou, ainda, por ser de preferência política ou econômica. Isso resultaria em uma manipulação de dados e informações.

Em 2002 surgiram as primeiras formulações a esse respeito, período em que houve grande expansão da banda larga, surgindo evidências de que os provedores estariam discriminando o acesso.

Há três formas de discriminar um conteúdo:

* Bloqueando.
* Reduzindo sua velocidade .
* Cobrando um preço diferente pelo acesso àquele conteúdo.

A neutralidade da rede foi o tema mais discutido durante a revisão da implementação do Marco Civil da Internet (MCI): dos 339 tópicos, 98 tratavam deste tema (Instituto Igarapé, [s.d.])

Sem a neutralidade, os provedores poderiam criar conexões rápidas ou lentas para alguns tipos de serviços (Netflix, Spotify e Facebook, por exemplo). Haveria uma certa limitação e/ou interferência aos direitos humanos, afetaria diretamente o trabalho de youtubers, influenciadores digitais ou blogueiros, além de poder afetar o curso de uma eleição ou a economia do país.

Os que defendem o fim da neutralidade alegam que seria mais benéfica aos usuários a redução de valores, já que poderiam escolher o pacote individualmente. Entretanto, o serviço de internet tornou-se elemento de efetivação da cidadania, que não pode ser interrompido ou manipulado.

O artigo 3º da Lei nº 12.965/2014 (BRASIL, 2014, [s. p.]) prevê a neutralidade como princípio no Marco Civil da Internet:

“Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios: IV – Preservação e garantia da neutralidade de rede”

Atinge também os incisos anteriores, como a garantia da liberdade de expressão e comunicação e manifestação (inciso I) e proteção aos dados (incisos II e III).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988, [s. p.]) enfatiza que o Estado deve conceder o acesso à internet como elemento de cidadania, relacionado à inclusão digital – logo, o direito de acesso à internet é para todos:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

 § 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

O artigo 24 do MCI traz uma série de deveres gerenciais e de desenvolvimento, seguindo a linha constitucional supracitada:

Art. 24. Constituem diretrizes para a atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no desenvolvimento da internet no Brasil:

VII - otimização da infraestrutura das redes e estímulo à implantação de centros de armazenamento, gerenciamento e disseminação de dados no País, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a difusão das aplicações de internet, sem prejuízo à abertura, à neutralidade e à natureza participativa […] (BRASIL, 2014, [s. p.])

# Bens Digitais: redes sociais, e-mails, milhas aéreas, moedas virtuais, músicas e livros digitais



Em relação ao conceito dos bens digitais, Bruno Zampier diz que:

As pessoas possuem necessidades, desejos e fins a serem perseguidos. No exercício de sua autonomia privada irão procurar manifestar sua vontade com a intenção de satisfazer essas contingências, como forma de alcançar êxito em sua realização existencial. Para que esse resultado se efetive, as pessoas terão que buscar os instrumentos adequados, residindo aí então a categoria dos bens jurídicos, como sendo exatamente esses meios aptos a satisfazer aquelas necessidades. (ZAMPIER, 2021, p. 47-48)

Na análise do código Civil há a classificação dos bens jurídicos: imóveis, móveis, fungíveis, consumíveis, divisíveis, singulares e coletivos. Entretanto, a análise que envolve os bens jurídicos e que os classifica como incorpóreos e corpóreos não está prevista na lei, e tem relação com o termo tangibilidade – o qual consiste em caráter tangível (que se consegue tocar) ou intangível."?

Bruno Zampier (2021, p. 54) ressalta em seu livro que para uma informação ser considerada bem jurídico: “a) pode ser objeto de uma relação jurídica; b) os bens podem ter caráter patrimonial ou não; c) é possível se conceber bens com fruição múltipla; d) há possibilidade de sua tutela jurídica. ”

**Bens digitais**

O seu surgimento é concomitante ao surgimento do ambiente virtual, ocorrido em 1970. É notório que com o passar dos anos houve um aumento de bens digitais, e consequentemente o patrimônio passível de herança tornou-se mais amplo.

Além disso, com base em doutrinas, expõe-se a definição de bens digitais. Veja:

“[…] Estes seriam aqueles bens incorpóreos, os quais são progressivamente inseridos na Internet por um usuário, consistindo em informações de caráter pessoal que trazem alguma utilidade àquele, tenha ou não conteúdo econômico.” (ZAMPIER, 2021, p. 63-64)

“[…] bens digitais são bens imateriais representados por instruções codificadas e organizadas virtualmente com a utilização da linguagem informática, armazenados em forma digital, seja no dispositivo do próprio usuário ou em servidores externos como no caso de armazenamento em nuvem, por exemplo, cuja interpretação e reprodução se opera por meio de dispositivos informáticos (computadores, tablets, smartphones dentre outros), que poderão estar ou não armazenado no dispositivo de seu próprio titular, ou transmitidos entre usuários de um dispositivo para outro, acesso via download de servidores ou digitalmente na rede, e podem se apresentar ao usuário.” (FACHIN; PINHEIRO, 2018 apud TEIXEIRA; KONDER, 2021, p. 28)

Vale ressaltar que os bens digitais se dividem em três categorias – patrimoniais, existenciais e patrimoniais-existenciais – conforme citação a seguir:

Os bens digitais patrimoniais são aqueles cuja natureza é meramente econômica, a exemplo das moedas virtuais (Bitcoins), milhas aéreas, itens pagos em plataformas digitais; já os bens digitais existenciais (ou bens sensíveis), por sua vez, possuem natureza personalíssima, podendo ser exemplificados através dos perfis de redes sociais, blogs, correio eletrônico, mensagens privadas de aplicativos como o WhatsApp, entre outros; e, por último, os bens de caráter híbrido, os bens digitais patrimoniais-existenciais (ou patrimoniais-personalíssimos), os quais perfazem um misto de economicidade e privacidade, como ocorre com os influenciadores digitais, que são monetizados através da exploração de postagens de natureza pessoal, a exemplo da plataforma do Instagram ou Youtube.” (CARVALHO; GODINHO, 2019 apud ROSA; BURILLE, 2021, p. 247)

# Videoaula: Marco Civil da Internet

Caro estudante, ao longo desta aula tratamos do Marco Civil da Internet, sua evolução legislativa e benefícios em proteção à sociedade civil – uma vez que o Marco Civil prevê os princípios e fundamentos da internet no Brasil. Trata-se de uma legislação moderna e alinhada com as principais práticas internacionais.

Também analisamos o conceito de bens digitais e as consequências para o “mundo físico”, especialmente quanto à sucessão de um patrimônio digital e à proteção aos direitos da personalidade e da propriedade intelectual.

Entre inúmeras outras personalidades públicas já falecidas, imagine o que seria da Fundação Ayrton Senna sem a proteção do patrimônio digital vinculado ao ex-piloto e campeão mundial da Fórmula 1? Ou, ainda, o patrimônio digital adquirido por um influencer?

Vamos lá?

# Saiba mais



Este é o momento em que você pode aprofundar seu conhecimento com um importante artigo do Prof. Marcos Alberto Sant-Anna Bitelli, publicado logo no início de vigência da Lei do Marco Civil da Internet (MCI). São importantes reflexões e uma análise ampla do MCI que deve ser estudada por todo profissional de direito que busca conhecer mais da regulação da internet no Brasil.

BITELLI, M. A. S. A Lei 12.965/2014 – O Marco Civil da Internet. **Revista de Direito das Comunicações**, v. 7, p. 291-333, jan.-jun. 2014. DTR\2014\8228.

Artigo disponível na base eletrônica da Revista dos Tribunais Online.

Além das reflexões indicadas nesse texto, vale a reflexão acerca da questão envolvendo a herança digital por sucessão pós-morte, a qual não encontra uma regulação específica no Brasil. Mas a dúvida que fica é se realmente há necessidade de uma legislação específica: o direito à personalidade e a universalidade do patrimônio do falecido não deveriam ser suficientes para incluir a chamada herança digital? Será que a principal dificuldade encontrada não é justamente a resistência de parte do Poder Judiciário e até mesmo dos profissionais do direito em reconhecer a realidade FiGital – ou seja, a fusão dos mundos físico e digital? Essas e outras questões são analisadas em artigos científicos relevantes pelas revistas técnicas de direito.

Recomendamos a leitura do artigo “[Direito Sucessório e a Herança Digital: uma análise em perspectiva e os desafios do ordenamento jurídico brasileiro](https://www.thomsonreuters.com.br/content/dam/openweb/documents/pdf/Brazil/revistas-especializadas/rdpriv-105-augusto-bufulin-direito-sucessorio-e-a-heranca-digital.pdf)”, disponível na base eletrônica da Editora Revista dos Tribunais (RTonline), de autoria de Augusto Passamani Bufulin e Daniel Souto Cheida. Revista de Direito Privado, V. 105/2020, p. 225-235.

Bons estudos!

# Referências



ARNAUDO, D. **O Brasil e o marco civil da internet** – o Estado da Governança Digital. Igarapé Institute [online]. Disponível em: <https://igarape.org.br/marcocivil/pt/>. Acesso em: 28 nov. 2022.

AURUM. **Lei 12.965/14:** Tire as suas dúvidas sobre o Marco Civil da Internet. Aurum, 12 maio 2022. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/marco-civil-da-internet/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília/DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 21 nov. 2022.

CAMARGO, G. P. F. **A neutralidade da rede e o direito digital no Brasil**. Direito Net, 25 ago. 2018. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10680/A-neutralidade-da-rede-e-o-direito-digital-no-Brasil>. Acesso em: 21 nov. 2022.

EBRADI. **Entenda o que é herança digital e o que você precisa saber sobre isso!** Ebradi, 26 ago. 2021. Disponível em: <https://wp.ebradi.com.br/coluna-ebradi/heranca-digital/?gclid=Cj0KCQjw3eeXBhD7ARIsAHjssr82nt9KcuQ__oWFDiJeCDvDXDnwux0F8smNYdUek9pA6LmEKBhyC1saAmWHEALw_wcB>. Acesso em: 21 nov. 2022.

LEITE, G. S.; LEMOS, R. **Marco Civil da Internet**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788522493401. Disponível em: Minha Biblioteca. Acesso em:28 nov. 2022.

ROSA, C. P. da; BURILLE, C. A regulação da herança digital: uma breve análise das experiências espanhola e alemã. In: TEIXEIRA, A. C. B.; LEAL, L. T. (coord.). **Herança digital:** controvérsias e alternativas. Indaiatuba: Foco, 2021.

SARAIVA, A. **Marco Civil da Internet**. Dicas de TI, 2016. Disponível em: <https://allysonsaraiva.blogspot.com/2016/02/marco-civil-da-internet.html>. Acesso em: 21 nov. 2022.

TEIXEIRA, A. C. B.; KONDER, C. N. O enquadramento dos bens digitais sob o perfil funcional das situações jurídicas. In: TEIXEIRA, A. C. B.; LEAL, L. T. (coord.). **Herança digital:** controvérsias e alternativas. Indaiatuba: Foco, 2021.

ZAMPIER, B. **Bens digitais:** cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais. 2. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2021.